

Negresco S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

Demonstrações financeiras para o
semestre e exercício findos em
31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanço patrimonial	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Relatório da Administração - 2º Semestre de 2019

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da **Negresco S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos**, bem como as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, relativas ao segundo semestre e exercício de 2019.

Cenário Econômico

No ano de 2019, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) foi de 4,31%, ficando pouco acima da meta estabelecida pelo Banco Central que era de 4,25%. A taxa básica de juros (Selic) terminou o ano de 2018 em 6,5% e, a partir de julho de 2019, iniciou uma fase de redução gradativa e terminou o ano em 4,50%. Segundo a Serasa Experian, no final de novembro de 2019, havia 63,8 milhões de brasileiros inadimplentes, pouco abaixo dos 63,9 milhões apurados no mês anterior, que foi a maior de toda a série histórica.

Para 2020, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 3,56% no ano, a taxa SELIC permanecerá em 4,5% e o PIB com crescimento de 2,31%.

A NEGRESCO continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional

A NEGRESCO vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, em parceria com seus correspondentes no país.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio líquido

A Negresco S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos, no semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2019, apurou lucros de R\$ 7,15 e 15,01 milhões respectivamente. O Patrimônio líquido encerrou o exercício totalizando R\$ 69,94 (milhões).

Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital

Em março de 2019, a NEGRESKO fez a opção pela utilização da metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{SS}), conforme as Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitidas pelo Banco Central do Brasil. Foi aprovado e executado o plano anual da área de Controles Internos com relatórios aprovados pela Diretoria. Os documentos de gerenciamentos de riscos aprovados, no início de 2018, estão sendo continuamente avaliados pelos gestores das áreas, pela Segunda Linha de Defesa e pela Auditoria Interna e, quando necessários, atualizados. Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 22 e no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

Considerações Finais

Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da **NEGRESKO S/A** sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 25 de março de 2020.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos**
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e

respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP259915/O-0

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018		Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Ativo				Passivo			
Circulante		<u>199.183</u>	<u>215.605</u>	Circulante		<u>63.401</u>	<u>54.684</u>
Disponibilidades	4	180	239	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	<u>53.568</u>	<u>45.739</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez		<u>11.342</u>	<u>34.558</u>	Recursos de aceites cambiais		53.568	45.739
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	11.342	34.558	Outras obrigações		<u>9.833</u>	<u>8.945</u>
Operações de crédito	5.a	<u>175.495</u>	<u>169.101</u>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Sociais e estatutárias		153	132
Setor privado		236.721	223.802	Fiscais e previdenciárias	10	2.574	1.831
Provisão para perdas em operações de crédito		(61.226)	(54.701)	Diversas	11	7.106	6.982
Outros créditos	6	<u>12.012</u>	<u>11.453</u>	Exigível a longo prazo		<u>78.358</u>	<u>103.206</u>
Impostos e contribuições a compensar		2.530	3.070	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	<u>74.251</u>	<u>98.650</u>
Créditos tributários de impostos - IR e CSLL diferidos		6.901	5.905	Recursos de aceites cambiais		74.251	98.650
Diversos		2.600	2.494	Outras obrigações	12	<u>4.107</u>	<u>4.556</u>
Provisão para outros créditos		(19)	(16)	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais		4.107	4.556
Outros valores e bens		<u>154</u>	<u>254</u>	Patrimônio líquido		<u>69.940</u>	<u>68.209</u>
Despesas antecipadas		154	254	Capital de domiciliados no País	14.a	54.359	54.359
Realizável a longo prazo		<u>11.435</u>	<u>9.143</u>	Reserva legal		5.013	4.262
Operações de crédito	5.a	<u>8.053</u>	<u>5.910</u>	Lucros acumulados		10.568	9.588
Setor privado		8.244	6.043				
Provisão para perdas em operações de crédito		(191)	(133)				
Outros créditos	6	<u>3.382</u>	<u>3.233</u>				
Impostos e contribuições a compensar		162	162				
Créditos tributários de impostos - IR e CSLL diferidos		1.643	1.822				
Diversos		1.577	1.249				
Permanente		<u>1.081</u>	<u>1.351</u>				
Imobilizado	7	<u>276</u>	<u>264</u>				
Outras imobilizações em uso		2.552	2.481				
Depreciações acumuladas		(2.276)	(2.217)				
Intangível	8	<u>805</u>	<u>1.087</u>				
Outros ativos intangíveis		4.761	4.727				
Amortizações acumuladas		(3.956)	(3.640)				
Total do ativo		<u>211.699</u>	<u>226.099</u>	Total do passivo		<u>211.699</u>	<u>226.099</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

		31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
	Nota explicativa	Segundo semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	5.c	87.414	172.721	167.658
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	4	723	1.615	1.348
Despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	9.b	(4.781)	(10.206)	(10.561)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5 d.1	(45.629)	(82.774)	(78.913)
Resultado bruto da intermediação financeira				
		<u>37.727</u>	<u>81.356</u>	<u>79.532</u>
Receitas (despesas) operacionais				
		<u>(28.670)</u>	<u>(59.219)</u>	<u>(55.875)</u>
Receita de prestação de serviços	15	2.633	5.612	4.798
Despesas de pessoal	16	(10.815)	(21.193)	(20.397)
Outras despesas administrativas	17	(16.469)	(34.648)	(31.051)
Despesas tributárias	18	(4.131)	(8.202)	(7.820)
Outras receitas operacionais		155	325	892
Outras despesas operacionais	19	(43)	(1.113)	(2.297)
Resultado antes da tributação				
		<u>9.057</u>	<u>22.137</u>	<u>23.657</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	<u>(1.904)</u>	<u>(7.126)</u>	<u>(9.378)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(1.772)	(7.943)	(8.212)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(132)	817	(1.166)
Lucro líquido do semestre/exercício				
		<u>7.153</u>	<u>15.011</u>	<u>14.279</u>
Quantidade de ações no fim do período/exercício		54.359.021	54.359.021	54.359.021
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do período/exercício		131,59	276,15	262,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Lucro (prejuízos) acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2018		<u>54.359</u>	<u>3.548</u>	<u>14.919</u>	<u>-</u>	<u>72.826</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.279	14.279
Constituição de Reserva Legal	14.b	-	714	-	(714)	-
Distribuição de dividendos		-	-	(14.919)	-	(14.919)
Constituição de reserva de lucros		-	-	9.588	(9.588)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.977)</u>	<u>(3.977)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>54.359</u>	<u>4.262</u>	<u>9.588</u>	<u>-</u>	<u>68.209</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2019		<u>54.359</u>	<u>4.262</u>	<u>9.588</u>	<u>-</u>	<u>68.209</u>
Lucro líquido do exercício					15.011	15.011
Constituição de Reserva Legal	14.b		751		(751)	-
Distribuição de dividendos	14.c			(9.588)		(9.588)
Constituição de reserva de lucros				10.568	(10.568)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	14.c				(3.692)	(3.692)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>54.359</u>	<u>5.013</u>	<u>10.568</u>	<u>-</u>	<u>69.940</u>
Mutações do exercício		-	751	980	-	1.731
Saldos em 30 de junho de 2019		<u>54.359</u>	<u>4.655</u>	<u>-</u>	<u>7.465</u>	<u>66.479</u>
Lucro líquido do semestre					7.153	7.153
Constituição de Reserva Legal	14.b		358		(358)	-
Constituição de reserva de lucros				10.568	(10.568)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	14.c				(3.692)	(3.692)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>54.359</u>	<u>5.013</u>	<u>10.568</u>	<u>-</u>	<u>69.940</u>
Mutações do semestre		-	358	10.568	(7.465)	3.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2019 Segundo semestre	31/12/2019 Exercício	31/12/2018 Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	7.153	15.011	14.279
Ajustes ao lucro líquido:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	132	(817)	1.166
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.772	7.943	8.212
Depreciações e amortizações	176	376	433
Provisão para devedores duvidosos	45.629	82.774	78.913
Apropriação da despesa antecipada	200	389	367
Provisão para riscos cíveis	108	287	590
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas	(424)	117	607
Provisão (reversão) - outras	35	(191)	-
Variações em ativos e passivos:			
Aumento nas operações de crédito	(38.347)	(91.311)	(54.154)
(Aumento) redução em outros créditos	(2.904)	109	(703)
Aumento em despesas antecipadas	(34)	(289)	(448)
Redução em depósitos	-	-	(7.769)
Aumento (redução) em recursos de aceites cambiais	(17.476)	(16.570)	20.826
Aumento (redução) em cobrança e arrecadações de tributos	19	20	(20)
Aumento (redução) em fiscais e previdenciárias	2.402	1.837	1.114
Aumento (redução) em credores diversos	235	(537)	(1.504)
IR e CS pagos no período	(4.951)	(9.037)	(16.083)
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades operacionais	<u>(6.275)</u>	<u>(9.889)</u>	<u>45.826</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Adições) ao ativo permanente	(68)	(106)	(821)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(68)</u>	<u>(106)</u>	<u>(821)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de dividendos	-	(9.588)	(17.598)
Pagamento de juros de capital próprio	(3.692)	(3.692)	(3.977)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(3.692)</u>	<u>(13.280)</u>	<u>(21.575)</u>
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(10.035)</u>	<u>(23.275)</u>	<u>23.430</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	21.557	34.797	11.367
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	11.522	11.522	34.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”) foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 adaptadas com as normas do BACEN através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e de outros regulamentos dessa Instituição.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo BACEN. Desta forma, a Financeira, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- (a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
- (b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
- (c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;
- (d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;
- (e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;
- (f) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09;
- (g) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;

- (h) Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN; e
- (i) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução nº 4.424/15.

Não é possível prever quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de março de 2020.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “pro rata” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito

- (i) Operações de crédito - estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação nos níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

Provisão para perdas em operações de crédito - foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente para operações superiores a R\$ 50 mil.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de provisão
AA	A vencer	-
A	Até 14 dias	0,50%
B	De 15 a 30 dias	1,00%
C	De 31 a 60 dias	3,00%
D	De 61 a 90 dias	10,00%
E	De 91 a 120 dias	30,00%
F	De 121 a 150 dias	50,00%
G	De 151 a 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas no mínimo em “A” conforme critérios da Resolução CMN nº 2.697/00.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Ativo imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais:

Vida útil dos ativos (ao ano)	Taxa - %
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Sistema de comunicação e equipamentos	20
Sistema de processamento de dados	20

De acordo com o CPC 01 - Redução do Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Não foram identificados evidências de impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

g. Ativo intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de “*impairment*”.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do semestre.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

h. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro-rata*” dia.

i. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro-rata*” dia.

j. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

k. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando alíquota de 15% e a partir de setembro de 2015 a dezembro de 2018, à alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15%, a partir de janeiro de 2019.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

I. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
 - **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.
 - **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.
- m. Estimativas contábeis**
A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.
- n. Lucro por ação**
O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidade	180	239
Aplicações interfinanceiras (DI - não ligadas)	11.342	34.558
Total	11.522	34.797

Estas operações não sofrem alterações significativas no valor em virtude de sua natureza e possuem conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento original igual ou inferior a 90 (noventa) dias na data da contratação. As aplicações interfinanceiras estão contratadas com taxa pós-fixada entre 96% e 99,8% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A financeira auferiu, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, receitas com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 723 e R\$ 1.615 respectivamente (R\$ 1.348 em 2018).

5 Operações de crédito e provisão para perdas com créditos

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação

	31/12/2019	31/12/2018
Operações de crédito:		
Empréstimos	75.939	59.243
Financiamentos	169.026	170.602
Total	<u>244.965</u>	<u>229.845</u>
Provisão para perdas em operações de crédito	<u>(61.417)</u>	<u>(54.834)</u>
Total	<u>183.548</u>	<u>175.011</u>
Ativo circulante		
Operações de crédito	236.721	223.802
Provisão para perdas em operações de crédito	<u>(61.226)</u>	<u>(54.701)</u>
Total	<u>175.495</u>	<u>169.101</u>
Realizável a longo prazo		
Operações de crédito	8.244	6.043
Provisão para perdas em operações de crédito	<u>(191)</u>	<u>(133)</u>
Total	<u>8.053</u>	<u>5.910</u>

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado:				
Pessoa física	<u>241.731</u>	<u>98,68%</u>	<u>229.329</u>	<u>99,78%</u>
Outros serviços	<u>82</u>	<u>0,03%</u>	<u>488</u>	<u>0,21%</u>
Comércio	<u>3.151</u>	<u>1,29%</u>	<u>24</u>	<u>0,01%</u>
Indústria	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>
Rural	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>
Total	<u>244.965</u>	<u>100,00%</u>	<u>229.845</u>	<u>100,00%</u>

c. Composição por prazo de vencimento

	31/12/2019		31/12/2018	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas	60.180	24,57%	55.689	24,23%
Parcelas a vencer:				
Até 90 dias	86.834	35,45%	84.688	36,84%
De 90 a 360 dias	89.707	36,61%	83.425	36,30%
Acima de 360 dias	8.244	3,37%	6.043	2,63%
Total	<u>244.965</u>	<u>100,00%</u>	<u>229.845</u>	<u>100,00%</u>

A taxa média praticada no exercício pela financeira foi de 12,85% (13,38% em 2018) ao mês para empréstimo e de 6,06% (6,13% em 2018) ao mês para financiamento. Durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, a Financeira auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 87.414 e R\$ 172.721 respectivamente (R\$ 167.658 em 2018).

d. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

d.1 Movimentação da provisão para perdas em operações de créditos

Descrição	2ª semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Saldo do início do período	(50.740)	(54.834)	(42.448)
Constituição	(45.629)	(82.774)	(78.913)
Baixa para prejuízo	<u>34.952</u>	<u>76.191</u>	<u>66.527</u>
Saldo final do período	<u>(61.417)</u>	<u>(61.417)</u>	<u>(54.834)</u>
Ativo circulante	(61.226)	(61.226)	(54.701)
Realizável a longo prazo	(191)	(191)	(133)

Foram recuperados, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, créditos no valor de R\$ 5.492 e R\$ 10.133 respectivamente (R\$ 8.984 em 2018), registrados como receita de recuperação de crédito baixado como prejuízo, na rubrica de outras receitas operacionais. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve renegociações.

d.2 Composição da carteira por nível de risco

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas em operações de crédito em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 31 de dezembro de 2019

Empréstimo / Financiamento						
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	33.053	107.337	140.390	702
B	Normal	1,00%	6.413	7.834	14.247	143
	Vencido	1,00%	631	1.208	1.839	18
C	Normal	3,00%	2.583	4.616	7.199	216
	Vencido	3,00%	974	1.310	2.284	69
D	Normal	10,00%	1.817	2.897	4.714	472
	Vencido	10,00%	1.249	1.577	2.826	283
E	Normal	30,00%	1.611	2.346	3.957	1.187
	Vencido	30,00%	1.730	2.031	3.761	1.128
F	Normal	50,00%	1.379	1.975	3.354	1.677
	Vencido	50,00%	2.163	2.459	4.622	2.311
G	Normal	70,00%	1.179	1.860	3.039	2.127
	Vencido	70,00%	2.479	3.018	5.497	3.848
H	Normal	100,00%	2.928	4.957	7.885	7.885
	Vencido	100,00%	<u>15.750</u>	<u>23.601</u>	<u>39.351</u>	<u>39.351</u>
	Total		<u>75.939</u>	<u>169.026</u>	<u>244.965</u>	<u>61.417</u>

Posição em 31 de dezembro de 2018

Empréstimo / Financiamento						
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	30.508	107.025	137.533	688
B	Normal	1,00%	3.243	7.979	11.222	112
	Vencido	1,00%	598	1.324	1.922	19
C	Normal	3,00%	2.111	4.402	6.513	195
	Vencido	3,00%	747	1.376	2.123	64
D	Normal	10,00%	1.497	2.937	4.434	443
	Vencido	10,00%	1.014	1.742	2.756	276
E	Normal	30,00%	1.211	2.321	3.532	1.060
	Vencido	30,00%	1.283	2.172	3.455	1.036
F	Normal	50,00%	904	1.799	2.703	1.352
	Vencido	50,00%	1.450	2.540	3.990	1.995
G	Normal	70,00%	734	1.558	2.292	1.605
	Vencido	70,00%	1.601	3.000	4.601	3.220
H	Normal	100,00%	1.617	4.308	5.925	5.925
	Vencido	100,00%	10.725	26.119	36.844	36.844
Total			59.243	170.602	229.845	54.834

6 Outros créditos

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições a compensar (a)	2.692	3.232
Créditos tributários de impostos - IRPJ e CSLL diferidos (b)	8.544	7.727
Devedores diversos - país (c)	1.878	1.821
Depósitos em garantia (d)	1.577	1.249
Outros (e)	722	673
Provisão para outros créditos	(19)	(16)
Total	15.394	14.686
Ativo circulante	12.012	11.453
Realizável a longo prazo	3.382	3.233

- (a) Referem-se basicamente a: (i) Saldo negativo de IR e CS no montante de R\$ 2.494 (R\$ 990 em 2018), (ii) IRPJ e CSLL que incidiram sobre a SELIC aplicada aos créditos de PIS e de COFINS, decorrentes da inconstitucional exigência do artigo 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, cuja decisão favorável foi proferida nos autos de Mandado de Segurança nº 2008.70.00.001426-7/PR, que foram compensados em 2019 (R\$ 2.079 em 2018).

- (b) A Negresco registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por provisões para perdas em operações de crédito e provisão para riscos cíveis e trabalhistas, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para perdas em operação de crédito	6.823	5.750
Provisão para riscos cíveis	498	624
Provisão para riscos trabalhistas	1.145	1.199
Outros	78	154
Total	8.544	7.727

Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução 3.059/02, as instituições financeiras podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo Inicial		Utilização	Saldo Final
	31/12/2018	Constituição	/Reversão	31/12/2019
Imposto de renda				
PCLD	3.594	3.937	(3.267)	4.264
Provisão para contingências	1.139	623	(735)	1.027
Outras provisões	97	290	(338)	49
Créditos Tributários de IRPJ	4.830	4.850	(4.340)	5.340
Contribuição social				
PCLD	2.156	2.362	(1.959)	2.559
Provisão para contingências	683	373	(440)	616
Outras provisões	58	174	(203)	29
Créditos Tributários de CSLL	2.897	2.909	(2.602)	3.204
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	7.727	7.759	(6.942)	8.544

A Financeira efetuou seu estudo de realização para a data base de 31 de dezembro de 2019 e 2018, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Diferenças Temporárias	
	2019	2018
2019	-	5.904
2020	6.428	608
2021	588	608
2022	608	607
2023	920	-
	8.544	7.727
Total		

O valor presente do crédito tributário é de R\$ 7.893 (R\$ 6.946 em 2018), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 5,4% (7,68% em 2018) ao ano para os períodos correspondentes.

- (c) Referem-se basicamente as cobranças efetuadas por bancos e lojistas cujos valores são creditados no 1º dia útil do mês seguinte.
- (d) Referem-se a depósitos em garantia de ações cíveis e trabalhistas.
- (e) Referem-se basicamente a adiantamentos de benefícios e PLR.

7 Imobilizado de uso

	31/12/2019			31/12/2018
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo líquido	Saldo Líquido
Móveis e equipamentos de uso	1.629	(1.453)	176	187
Equipamentos de comunicação	464	(406)	58	50
Outros	459	(417)	42	27
	2.552	(2.276)	276	264
Total				

8 Intangível

	31/12/2019			31/12/2018
	Custo	Amortização Acumulada	Saldo líquido	Saldo Líquido
Processamento de dados	4.110	(3.380)	730	991
Outros	651	(576)	75	96
	4.761	(3.956)	805	1.087
Total				

9 Captação de depósitos

a. Composição por vencimento dos depósitos a prazo e aceites cambiais

	31/12/2019			Total
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Aceites cambiais	25.718	27.850	74.251	127.819
Passivo circulante				53.568
Exigível a longo prazo				74.251

	31/12/2018			Total
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Aceites cambiais	12.100	33.639	98.650	144.389
Total				144.389
Circulante				45.739
Não circulante				98.650

Os recursos de Aceites Cambiais foram contratados no país, sendo remunerados entre 104% e 130% do CDI.

b. Reconhecimento de despesas de operações de captação no mercado

	2º semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
DPGE	-	-	253
Aceites cambiais	4.698	10.035	10.096
Fundo Garantidor de Crédito	83	171	212
Total	4.781	10.206	10.561

10 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda	-	-
Contribuição social	346	-
COFINS a recolher	568	536
PIS a recolher	92	87
Tributo retido na fonte	1.156	822
INSS e FGTS a recolher	386	363
Outras	26	23
Total	2.574	1.831

11 Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2019	31/12/2018
Valores financiados a repassar aos lojistas	3.342	3.009
Valores a pagar a prestadores de serviços	904	894
Provisão de férias e 13º salário	1.452	1.557
Participação nos lucros e resultado	1.172	1.111
Outras	236	411
	7.106	6.982

12 Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou quando constitui uma obrigação legal. Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e ações trabalhistas.

a. Saldos patrimoniais das provisões para riscos e obrigações legais por natureza

	31/12/2019	31/12/2018
Contingência cível	1.245	1.559
Contingência trabalhista	2.862	2.997
Total	4.107	4.556

b. Movimentação dos passivos contingentes

Movimentações das contingências	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2018	1.784	3.263	5.047
Adições	1.762	1.317	3.079
Reversão	(1.172)	(710)	(1.882)
Pagamento	(815)	(873)	(1.688)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	1.559	2.997	4.556
Saldo inicial em 30 de junho de 2019	1.438	3.452	4.890
Adições	451	591	1.042
Reversão	(343)	(1.015)	(1.358)
Pagamento	(301)	(166)	(467)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.245	2.862	4.107
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	1.559	2.997	4.556
Adições	1.132	1.358	2.490
Reversão	(845)	(1.241)	(2.086)
Pagamento	(601)	(252)	(853)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.245	2.862	4.107

c. Processos cíveis classificados como possíveis

A Financeira é parte em 58 processos cíveis (73 em 2018) classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 707 (R\$ 697 em 2018). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes.

d. Processos trabalhistas classificados como possíveis

A Financeira é parte em 8 processos trabalhistas (14 em 2018) classificados como risco de perda possível pelos assessores jurídicos da Financeira com valores de causa no montante de R\$ 49 (R\$ 1.414 em 2018 devido à incorporação da Crediparaná). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a estarem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

e. Contingência fiscal

A Financeira, sucessora por incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., é parte em auto de infração movido pela Prefeitura Municipal de Maringá, sobre enquadramento de serviços prestados no códigos 01.03, 10.09 e 15.05 cujas alíquotas são de 3%, 2% e 5%, respectivamente. Pelo auto de infração, há a reclassificação dos códigos 10.09 e 01.03 para os códigos 10.02 e 15.05, respectivamente. O montante do auto de infração é de R\$ 689 (R\$ 572 em 2018).

Da mesma maneira, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa elaborou auto de infração com objetivo de cobrar todo o ISS pela alíquota de 5%. O montante do auto de infração é de R\$ 141 (R\$ 122 em 2018).

O escritório jurídico, contratado pela Financeira, entende que os processos não se tratam de uma obrigação legal, foram classificados corretamente nos respectivos códigos e possuem risco de perda *possível*.

13 Transações com partes relacionadas

Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

Descrição	Nota	31/12/2019		31/12/2018		
		Receita / Despesa		Ativo / (passivo)	Receita / (despesa)	
		Ativo / (passivo)	Semestre			Exercício
Recursos de aceites cambiais		(74.168)	(2.386)	(5.014)	(69.475)	(4.722)
Orlando Otto Kaesemodel Filho		(45.863)	(1.468)	(3.114)	(41.637)	(2.793)
Orlando Otto Kaesemodel Neto		(1.438)	(37)	(85)	(1.701)	(95)
Guilherme Slaviero Kaesemodel		(986)	(23)	(52)	(647)	(36)
Antônio João Beal		(614)	(19)	(37)	(438)	(29)
José Gilberto Beal		(149)	(5)	(12)	(693)	(49)
Sergio Shoji Yamamoto		(101)	(3)	(8)	(130)	(11)
Eduardo Alexandre Novakowski		-	-	-	-	(1)
Rafaela P. Muggiati Kaesemodel		(469)	(14)	(27)	(280)	(6)
Empreend. Florestais Cambiju Ltda.		(3.722)	(127)	(250)	(3.613)	(257)
Kaesemodel Gastronomia EIRELI		(118)	(4)	(7)	(91)	(1)
Negresco Adm. e Partic. Ltda.		(16.881)	(555)	(1.142)	(16.080)	(1.163)
Negresco Serv. de Cobrança Ltda		(1.353)	(49)	(110)	(1.762)	(162)
Oelo Locação de Eq. Eletron. Ltda		(384)	(13)	(26)	(362)	(26)
Transesp Com. de Imóveis Ltda.		(2.090)	(69)	(144)	(2.041)	(93)
Remuneração da administração		-	(4.935)	(6.127)	-	(6.323)
Despesas com Remuneração dos Administradores		-	(1.243)	(2.435)	-	(2.346)
Juros sobre o capital próprio		-	(3.692)	(3.692)	-	(3.977)

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País, é de R\$ 54.359 (R\$ 54.359 em 2018), representado por 54.359.021 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte uma) ações nominativas sem valor nominal.

As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Valor em R\$	Participação
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	27.723	51,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	13.318	24,50%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	13.318	24,50%
Total	54.359.021	54.359	100,00%

Em 28 de março de 2019, através de instrumento particular de doação de ações, o acionista Orlando Otto Kaesemodel Filho transferiu 23.374.360 ações com reserva de usufruto, sendo 50% para Orlando Otto Kaesemodel Neto e 50% para Guilherme Slaviero Kaesemodel.

Assim, as ações com direito a voto, juros sobre o capital próprio e dividendos estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Ações com usufruto	Ações com direito a voto	Participação com direito a voto
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	23.374.360	51.097.501	94,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Total	54.359.021	-	54.359.021	100,00%

b. Reserva legal

Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No semestre, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 751 (R\$ 714 em 2018).

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do semestre ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida é lançado na rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante com a Resolução nº 4.706 de 19 de dezembro de 2018, do Banco Central do Brasil.

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do exercício	15.011	14.279
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(751)	(714)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>14.260</u>	<u>13.565</u>
Dividendos obrigatórios (25%)	3.565	3.392
Dividendos adicionais propostos (a)	<u>9.588</u>	<u>14.919</u>
Juros sobre capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos obrigatórios (c)	3.138	3.380
Bruto	3.692	3.977
Imposto de renda	(554)	(597)
Dividendos e juros sobre capital próprio destacados e pagos	13.280	18.896

- (a) Em ata da assembleia geral extraordinária, de 24 de janeiro de 2019, foi aprovada a distribuição dos dividendos não obrigatórios oriundos da reserva de lucros do ano de 2018 no montante de R\$ 9.588, os quais foram pagos no início do mês de fevereiro de 2019. Em ata de reunião da diretoria, de 18 de dezembro de 2019, foi aprovado o cálculo dos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 3.692 e, em 23 de dezembro de 2019, foi transformado em letras de câmbio em nome dos acionistas.

15 Receita de prestação de serviços

No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito e os montantes foram de R\$ 2.633 e R\$ 5.612 (R\$ 4.798 em 2018).

16 Despesas de Pessoal

	2º semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Pro-labore	700	1.400	1.400
Proventos	5.245	10.294	10.096
Participação nos lucros e resultados	607	1.217	1.168
Benefícios	2.155	4.235	3.945
Encargos sociais	1.961	3.871	3.750
Treinamentos	147	176	38
Total	10.815	21.193	20.397

17 Outras despesas administrativas

	2º semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Comunicação	335	830	967
Processamento de dados	404	820	785
Serviços dos sistemas financeiros	1.216	2.379	2.494
Serviços de terceiros	7.400	17.664	14.851
Serasa/Associação Comercial	1.148	2.285	2.110
Técnicos especializados	4.565	8.413	7.964
Outros	1.401	2.257	1.880
Total	16.469	34.648	31.051

18 Despesas tributárias

	2º semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
COFINS	3.366	6.684	6.422
PIS	547	1.086	1.044
ISS	133	282	242
Outros	85	150	112
Total	4.131	8.202	7.820

19 Outras despesas operacionais

	2º semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Processos Cíveis e Trabalhistas	(315)	404	1.197
Depreciação e amortização	176	376	433
Outros	182	333	667
Total	43	1.113	2.297

20 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Impostos correntes:			
Imposto de renda	978	4.830	4.423
Contribuição social	794	3.113	3.789
Total	1.772	7.943	8.212
Impostos Diferidos			
Imposto de renda	82	(511)	112
Contribuição social	50	(306)	1.054
Total	132	(817)	1.166
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.904	7.126	9.378

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º semestre 2019	31/12/2019 40%	31/12/2018 45%
Resultado antes do IRPJ e CSLL	9.057	22.137	23.660
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (40% e 45%)	(3.623)	(8.855)	(10.647)
(Adições) exclusões permanentes:			
Juros sobre o capital próprio	1.477	1.477	1.790
Outras adições permanentes	(105)	(117)	(106)
Outras exclusões permanentes	-	10	234
Imposto de Renda e CSLL ajustados pelas diferenças permanentes	(2.251)	(7.485)	(8.729)
Diferença de alíquota de CS das diferenças temporárias	-	-	(965)
Incentivos fiscais (doações/ patrocínios / PAT)	335	335	289
Outros	12	24	27
Total de IRPJ e CSLL corrente e diferido	(1.904)	(7.126)	(9.378)

21 Instrumentos financeiros derivativos

A Financeira não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias ou de terceiros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

22 Gerenciamento de riscos

A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais são: risco operacional, risco socioambiental e risco de crédito.

Adicionalmente, possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios, além de outros riscos relevantes.

Até fevereiro de 2019, a Financeira estava enquadrada no segmento 4 (S4). Em março de 2019, a Financeira optou pelo enquadramento no segmento 5 (S5) já que se enquadra nos requisitos previstos na Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitida pelo Banco Central do Brasil.

Risco de crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados.

A Financeira mantém manuais de estratégias e políticas de crédito que estabelecem normas e padrões a serem observados no processo de concessão e gestão de crédito. A liberação do crédito é aprovada somente após a análise do Departamento de Crédito, conforme estabelecido na Política de Crédito da instituição. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito da instituição é um processo contínuo de controle nas análises desde a concessão de crédito para as operações efetuadas até a sua liquidação.

A Financeira dispõe do mapeamento do processo de crédito, com a identificação dos riscos e responsáveis, bem como dos controles-chave mitigatórios e a avaliação de probabilidade e impacto dos riscos via utilização de Matriz de Risco.

A Financeira mantém níveis de provisionamento adequados em observância à Resolução nº 2.682 e não aceita níveis de concentração relevante para o risco de crédito por cliente.

Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Também questões legais associadas à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O risco operacional da Financeira compreende as categorias a seguir:

- Processos e operações;
- Segurança da informação;
- Pessoas;
- Tecnologia;
- Fraudes;
- Legal; e
- Reputacional.

O limite de apetite para cada categoria do risco operacional foi estabelecido pela Administração por meio da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da Financeira, o qual é periodicamente monitorado pela Diretoria.

Risco de liquidez

É definido como a possibilidade da Financeira não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação periódica, com base em fluxos de caixa projetados e informações contábeis e gerenciais.

Risco de socioambiental

Define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. As características dos produtos e das operações da Financeira são de baixo impacto socioambiental.

Risco de mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. A Financeira não possui instrumentos classificados na carteira de negociação.

O Relatório de Gerenciamento de Risco e de Capital está disponível no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

23 Patrimônio de referência exigido

As instituições financeiras, não optantes pela metodologia facultativa simplificada (S5), estão obrigadas a manter uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados (Patrimônio de Referência Exigido - PRE) de 8,625%, de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018, e de 8,625%, de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2019.

Com a opção, em março de 2019, pela metodologia facultativa simplificada, o requerimento mínimo de PR_{S5} deverá ser superior a 17% do montante RWA_{S5}.

		31/12/2019	31/12/2018
			Apenas para comparação
Patrimônio de referência (PR _{S5})	a	68.144	66.136
RWA _{ROSimp} (Risco Operacional)	b	46.126	41.497
RWA _{RCSimp} (Risco de Crédito)	c	<u>157.649</u>	<u>162.464</u>
RWA _{Simp} (b + c)	d	<u>203.775</u>	<u>203.960</u>
PR _{S5} mínimo exigido (d x 17%)	e	34.642	34.673
Suficiência (insuficiência) de capital (a - e)		33.502	31.463
Índice de Basileia BACEN (a / d)		33,44%	32,43%
Razão mínima (Basileia / Bacen)		17%	17%
			31/12/2018
			Quando enquadrada no S4
Patrimônio de referência			68.113
RWA _{opad} (Risco Operacional)			21.377
RWA _{cpad} (Risco de Crédito)			17.294
RWA _{mpad} (Risco de Mercado)			<u>-</u>
Total de parcela			<u>38.671</u>
Suficiência (insuficiência) de capital			29.442
Índice de Basileia BACEN			15,19
Razão mínima (Basileia / Bacen)			8,625

24 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, porém, a administração não acredita que haja impacto financeiro relevante nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, como resultado destes eventos subsequentes e estão monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta a pandemia.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração adotou o trabalho em casa para os funcionários que dispõe de condições para fazê-lo e a suspensão do trabalho para os demais funcionários.

Diretoria

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Presidente

Orlando Otto Kaesemodel Neto - Vice-Presidente

Antonio João Beal - Diretor Administrativo e Financeiro

Jose Gilberto Beal - Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Compliance

Sergio Shoji Yamamoto - Diretor de Recursos de Terceiros

Contador responsável

José Gilberto Beal - Contador
CRC (PR) 035187/O - 7